



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos, formação e exercício profissional

**31 ANOS DO CÓDIGO ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL: INFLUÊNCIAS
TEÓRICAS-METODOLÓGICAS NOS CÓDIGOS DE 1947 A 1993**

KALLYNNE GUIMARÃES DA SILVA¹

RODRIGO MAMÉDIO DE LIMA²

ROSEMEIRE DOS SANTOS³

ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI⁴

RESUMO

O presente artigo expõe algumas reflexões acerca das tendências teórico-metodológicas que influenciaram a construção dos Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro. A partir do estudo bibliográfico, buscou-se evidenciar que para além de possuir aspectos normativos, expõem princípios que identificam os projetos profissionais e societários defendidos pela categoria profissional ao longo dos anos.

Palavras-chave: Serviço Social. Código de Ética. Projeto ético-político. Projeto Societário.

ABSTRACT

In diesem Artikel werden einige Überlegungen zu den theoretisch-methodischen Trends vorgestellt, die die Konstruktion der Ethikkodizes der brasilianischen Sozialen Arbeit beeinflusst haben. Anhand der bibliographischen Studie sollte gezeigt werden, dass sie nicht nur normative Aspekte haben, sondern auch Prinzipien aufzeigen, die die beruflichen und gesellschaftlichen Projekte identifizieren, die im Laufe der Jahre von der Berufskategorie verteidigt wurden.

Keywords: Social Work. Code of Ethics. Ethical-political project. Corporate Project.

¹ Universidade Federal do Tocantins

² Universidade Federal do Tocantins

³ Universidade Federal do Tocantins

⁴ Universidade Federal do Tocantins



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

O presente artigo, longe de esgotar o tema proposto, apresenta reflexões acerca das tendências teórico-metodológicas que influenciaram a construção de cada Código de Ética do Serviço Social. É importante ressaltar que passados oitenta e oito anos do Serviço Social no Brasil, ocorreu nesse período a elaboração de cinco Códigos de Ética, sendo o de 1947, 1965, 1975, 1986 e o vigente de 1993, todos estes para além de possuir aspectos normativos e deveres profissionais, acaba por expressar também princípios que identificam os projetos profissionais⁵ e societários⁶ defendido pela categoria profissional ao longo do tempo.

Santos (2019), ao discorrer sobre os Códigos de Ética do Serviço Social, evidencia duas tendências: uma ética tradicional permeada pelo neotomismo e conservadorismo que influenciou os Códigos de 1947, 1965 e 1975, e a outra tendência, refere-se a uma ética de ruptura que veio a negar o tradicionalismo e o conservadorismo a partir do Código de 1986 e está presente no Código de Ética de 1993.

Diante do exposto, o artigo está dividido em duas partes, sendo que a primeira tratará, ainda que breve, sobre a institucionalização do Serviço Social no Brasil perpassando a cada mudança que ocorreu no interior da profissão. Não pretendemos fazer uma reconstrução da história do Serviço Social de 1930 até o presente momento, mas, trazer alguns fatos importantes para compreendermos os recuos e avanços e como isto vai refletir em cada código de ética.

Na segunda parte, será destacado sobre as tendências teóricas-metodológicas que influenciaram cada Código de Ética do Serviço Social, pois como já enunciado o código de ética

⁵ Para Netto (2006, p. 4), os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

⁶ Os projetos societários, trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade. Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refram mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade [...] (PAULO NETTO, 2006, p. 2).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

além de possuir aspectos normativos e atribuições profissionais, acaba por expressar também princípios que identificam o projeto societário defendido pela categoria profissional ao longo do tempo.

Em suma, procuraremos esboçar, ainda que de maneira concisa, um panorama do contexto que permeia a evolução histórica do Serviço Social, abordando também os Códigos de Ética da profissão ao longo de seus 88 anos.

SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS MARCOS FUNDANTES E A GÊNESE DA PROFISSÃO NO BRASIL

Neste primeiro momento não se pretende realizar uma reconstrução da história do Serviço Social de 1930 até o presente momento, mas sim, trazer alguns pontos importantes para compreendermos que todas as tendências teóricas-metodológicas que influenciaram cada mudança no interior da profissão, também irão induzir mudanças no Código de Ética do Assistente Social.

Ao abordarmos a institucionalização do Serviço Social no Brasil, é essencial destacar que, na década de 1930, o país vivenciava transformações sociais e econômicas significativas. Esse período é marcado pela intensa industrialização e evidencia a notável disparidade entre a considerável pobreza enfrentada por grande parte da população e a concentração significativa de riqueza nas mãos de poucos.

Com o avanço do capitalismo e suas típicas relações sociais de produção e reprodução, ocorrem forte expansão e acirramento das expressões da questão social⁷ – pobreza, fome, violência, desemprego, trabalho precário –. Com isso, o Estado vê-se numa condição de demandar e de ter que abrir espaços para profissionais do Serviço Social, que tinha como papel ideo-político importante, intervir nas demandas sociais, diminuindo as tensões entre trabalhadores e burguesia (IAMAMOTO, 2014).

⁷ O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p.27).

[...] historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio de lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco de poder e, em especial, pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p. 17).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A institucionalização do Serviço Social no Brasil, emerge a partir da iniciativa de grupos e frações das classes dominantes, que se expressavam através da Igreja Católica. Segundo Lima (2014, p. 46),

[...] o Serviço Social, como todas as demais profissões, nasceu em conjunturas históricas que exigiam novas formas de atuação frente às necessidades sociais. No caso do Serviço Social, foi o surgimento e a agudização da “questão social”, que demandou a atuação de profissionais capacitados para lidar com a administração desta questão.

É nesse contexto de grandes mudanças econômicas, culturais e sociais que emerge o Serviço Social, com objetivo de intervir nas expressões da “questão social”, que fundamentalmente se vincula ao conflito entre o Capital x Trabalho.

Desse modo, a “questão social” se caracteriza como fundamento basilar da existência do Serviço Social. É por meio dela que a profissão se particulariza como interventiva no bojo das relações sociais de produção e reprodução da vida social, visando ao enfrentamento de suas expressões, que são frutos das contradições do modo de produção capitalista.

Santos (2012, p. 133), destaca que a “[...] “questão social” é, de um lado considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo”. Para Ianni (2004), a “questão social” atravessa a história da formação da sociedade brasileira como fruto das desigualdades econômicas, políticas e culturais, cujas expressões mais latentes são a questão de classe, a questão racial e as desigualdades regionais sempre tensionando a relação entre sociedade civil e o poder estatal.

As transformações sofridas pela Igreja Católica em função do desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente a crise social no final do século XIX, colocaram em pauta a “universalização da questão social” (SILVA, 2008 apud MARCHI, 1989, p.2). A Igreja neste momento realiza uma revisão da sua concepção de “males sociais”, transformando-os em problemas morais. E no final faz uma interpretação da questão social como um organismo doente a ser curado. Nos seus discursos a Igreja conta com a ajuda das encíclicas papais.

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas ‘RerumNovarum’ do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a ‘Quadragesimo Anno’ de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da ‘RerumNovarum’ vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2010, p. 4).

No início do processo de institucionalização da profissão, o trabalho dos assistentes sociais se resumia na correção de ‘desajustamentos sociais’. Neste período, o Serviço Social era tido como um provedor do bem-comum, e que as mulheres tinham a “vocação” para esse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho. As primeiras ações profissionais tinham um viés de formação social, moral e intelectual das famílias, ou seja, uma prática profissional, baseada em atendimentos individualizados e prolongados, numa ideia de adequação ao comportamento moral esperado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Em 1932, com a organização e fundação do Centro de Estudos de Ação Social – CEAS, cuja finalidade era difundir a doutrina social da igreja católica fundamentada filosoficamente no neotomismo. As primeiras escolas de Serviço Social que surgiu no Brasil foi a de São Paulo (1936) e, posteriormente a do Rio de Janeiro (1937), na qual ficou marcada pela influência franco-belga de caráter religioso e base filosófica neotomista (originada de São Tomás de Aquino). O CEAS foi considerado uma expressão original do Serviço Social no Brasil.

Nos anos de 1950 e 1960, o Serviço Social brasileiro acabou sofrendo a influência norte-americana, que resultou em uma prática profissional sustentada no positivismo e no funcionalismo.

Nesse cenário o Serviço Social estrutura seus métodos de atuação – Serviço Social de Caso, tendo como significativas referências Mary Hellen Richmond e, entre nós, Nadyr Gouveia Kfoury; Serviço Social de Grupo, com Edith Motta e Gisela Konopka e Serviço Social de Comunidade (ou DC) com Safira Bezerra Ammann e Myrian Veras Baptista, dentre outros. Esta última autora também é significativa referência no campo do planejamento social. No âmbito da História do Serviço Social e Administração em Serviço Social ganhou relevo a produção de Balbina Ottoni Vieira. A professora Helena Iracy Junqueira referenciava o campo da política social (BATTINI, 2016, p. 259).

Nos anos de 1960, inicia-se o Movimento de Reconceituação na América Latina, que é considerado um marco decisivo do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente, a qual se mostra uma preocupação dos profissionais em repensar a estrutura excludente do capitalismo. O Movimento de Reconceituação, como aponta Netto (2010), “[...] é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’”.

O Movimento de Reconceituação foi construído por segmentos expressivos de profissionais-intelectuais do Serviço Social de diversos países, que desencadearam a crítica ao Serviço Social tradicional, desenvolvido, sobretudo, na América Latina desde sua origem, com a criação da primeira escola de formação de profissionais, fundada no Chile, em 1925 (CASTRO, 1984).

De acordo com Lopes (2016), esse movimento

É deflagrado em um contexto de profunda agitação social (constituída pelos movimentos progressistas e revolucionários do final da década de 50 e início da década de 60, animados, destacadamente, pela vitória da Revolução Cubana, em 1959; e também pelos movimentos de resistência à contrarrevolução que se organizava e se impunha através das ditaduras militares), impulsionou e alimentou a crítica no Serviço Social. [...] (LOPES, 2016, p. 239).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diversos movimentos sociais e da profissão, sobretudo, os movimentos dos intelectuais das ciências sociais e humanas, estavam em luta e resistência neste período histórico, expressando, como já frisado, a crítica ao Serviço Social tradicional e contra as ditaduras militares.

O período da ditadura empresarial-militar que iniciou com o golpe em 1964 requisitou dos assistentes sociais uma nova postura em relação ao fazer profissional, uma vez que as ideias da igreja já não faziam tanto efeito. Neste contexto da autocracia burguesa, o Serviço Social se apresentava como reprodutor das formas tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa e assistencialista. Para Battini (2016), no movimento de renovação do Serviço Social, a profissão caminhou em duas direções,

[...] de um lado, para a consolidação no Serviço Social das referências teóricas norte-americanas fundadas no funcionalismo e no pragmatismo, mas com manifestações contrárias na esfera das ciências sociais. Em direção contrária, com fundamentos no estruturo marxismo, esforços eram encetados na direção da Reconceitualização do Serviço Social na busca da identidade latino-americana da profissão, por meio da valorização das peculiaridades regionais – Cone Sul, Região Andina, Centro-América e Caribe. No âmbito das ciências sociais, avança o debate sobre a ruptura de paradigmas conservadores na construção de uma visão crítica da realidade social motivado pela reação às ditaduras e ao imperialismo norte-americano e a luta contrária à reprodução dos modelos norte-americano e europeus. Nesse contexto, de um lado, o CBCISS capitaneia a afirmação da teorização do Serviço Social nos encontros de Araxá, Teresópolis, Alto da Boa Vista e Bom Clima. De outro lado, em 1965, no encontro da categoria profissional em Porto Alegre, institui-se o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social brasileiro, articulando os debates com profissionais da Argentina, Uruguai, Peru, Chile e demais países latino-americanos, na direção da construção da ruptura com o conservadorismo na profissão (BATTINI, 2016, p. 260-261).

O processo de renovação do Serviço Social brasileiro apresentou três tendências: a) a perspectiva modernizadora; b) a reatualização do conservadorismo; e c) a intenção de ruptura. A primeira tendência foi alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo.

A segunda direção trata-se da perspectiva de reatualização do conservadorismo, que recupera a herança histórica e conservadora da profissão e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se designava como nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essa perspectiva possui uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional e utiliza-se da fenomenologia com práticas psicologizantes.

A terceira direção, que é a intenção de ruptura, almejava romper totalmente com o Serviço Social tradicional, propondo uma quebra com seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos, com o seu conservadorismo e com a tradição positivista. Esta perspectiva recorre principalmente ao pensamento marxista, que era tida de forma progressiva na sociedade. “A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas [...]” (PAULO NETTO, 2005. p. 250), ou seja, dar uma nova face ao Serviço Social.

A década de 1970, marca um importante momento para o Serviço Social, apesar de ainda vivenciar o contexto da ditadura empresarial-militar, a profissão intensifica cada vez mais o debate sobre sua prática profissional e busca se articular com a classe trabalhadora na busca pelo fim do período militar. Na live “75 anos da ABEPSS Norte”, a professora Dr. Josefa Batista Lopes relembra que na década de 1970, mais precisamente o ano de 1973 inicia-se no interior da ABESS um longo e intenso processo de revisão que resultou na construção do Currículo Mínimo em 1979-1982. A professora ainda pontua que a convenção que ocorreu em 1979 foi um importante marco para o III CBAS, que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. Segundo Mota; Rodrigues,

[...] o III CBAS se tornou uma referência no evoluir da profissão no país, justamente por ter inaugurado uma nova direção política, de caráter crítico e à esquerda, seja nas entidades organizativas profissionais e sindicais, seja nas vinculadas ao ensino do Serviço Social no país. Desde a segunda metade dos anos 1940, prevalecia nos fóruns de discussão e deliberação da profissão uma postura de pretensa neutralidade política, de silêncio e, por vezes, de omissão em face da ditadura, durante o regime autocrático burguês instaurado com o golpe de 1964. (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 201).

O III CBAS, marca o momento em que a profissão discute a direção ética, teórica e prática, é a partir deste Congresso que o Serviço Social estabelece um amplo processo de mudança no seio da profissão, a qual temos a maior vinculação com a classe trabalhadora, laicização e ampliação da profissão, maior militância política contra a ditadura, a criação de uma proposta metodológica no campo de trabalho, amplo desenvolvimento organizativo das entidades como Conselhos Regionais e Conselho Federal, mudanças no perfil profissional e na concepção de formação acadêmica, etc.

CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL: INFLUÊNCIAS TEÓRICAS-METODOLÓGICAS NOS CÓDIGOS DE 1947 A 1993

Diante do breve resgate da institucionalização do Serviço Social no Brasil, buscamos agora evidenciar as tendências teóricas-metodológicas que influenciaram os Códigos de Ética do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assistente Social de 1947 a 1993, compreendendo que cada avanço e retrocesso no seio da profissão acarretou mudanças nestes códigos.

O primeiro Código de Ética do Serviço Social brasileiro foi o de 1947, este se apresentava e alicerçava-se nos princípios éticos que norteava a gênese do Serviço Social, ou seja, sua fundamentação teórica e o posicionamento político estavam coesos a direção social da profissão naquele dado momento histórico da sociedade brasileira. Sua base ídeo-política estava concretizada com princípios éticos religiosos, tendo os valores humanistas neotomistas como base. Segundo Oliveira; Chaves (2017, p. 15),

Os princípios e as diretrizes pontuados no Código de 1947 [...] refletem os fundamentos destacados na formação profissional, frisando a importância da moral e da ética descolada dos processos históricos e sociais, orientando para a prática do bem, destacando que a ação do Serviço Social não se caracteriza apenas pela ajuda material que presta, mas também pela ajuda às pessoas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.

O respectivo código apresentava em seu inciso 1º que a “Moral ou Ética, pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 1947). Observamos que o aspecto comportamental se fazia bastante presente neste código, uma vez que, as décadas de 1930 e 1940, escancarou a questão social e suas manifestações, porém notamos que neste momento a questão social é totalmente desvinculada do avanço do capitalismo e associada como falta de moral dos próprios sujeitos diante da ordem social.

Neste código, o bem comum “[...] é vinculado a um projeto social de bases reformistas que visa assegurar um consenso entre as classes, tendo em vista a aceitação, por parte dos indivíduos e das classes sociais, de sua condição ‘naturalmente dada’.” (BARROCO, 2006, p. 84).

Após dezoito anos de vigência, o Código de Ética de 1947 (CFESS, 2016) foi reformulado, resultando no Código de 1965, tendo como motivo a regulamentação jurídica da profissão, as transformações conjunturais do país e o próprio questionamento elaborado sobre a metodologia do Serviço Social e questões teleológicas. O conteúdo e os princípios do novo código continuaram tendo por base as influências dogmáticas do neotomismo.

[...] a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo os valores propulsores do Serviço Social (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 151).

Ao analisarmos o Código de 1965, observa-se que este inova ao considerar que “[...] um Código de Ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos” (CFAS, 1965). Este posicionamento elucida o pluralismo presente na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissão e na sociedade ao considerá-la em meio à “[...] complexidade do mundo moderno” (CFAS, 1965). Evidenciar o pluralismo neste contexto representa o reconhecimento da diversidade, principalmente no posicionamento político assumido pelas mulheres.

Diante dos avanços do Movimento de Reconceituação, em 1967 foi realizado o Seminário de Araxá, este encontro resultou no documento em que se colocava a necessidade da elaboração de uma teoria do Serviço Social, ou seja, indicar seus objetivos, suas funções e a adequação da metodologia às funções.

Para atender as necessidades urgentes geradas pelo avanço do capitalismo e o golpe militar, em 1975 é promulgado o terceiro Código de Ética do Serviço Social, Netto (1991, p. 179), destaca que “[...] o documento reduz a teorização a uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico de desenvolvimento”. Nestes termos, Netto conclui:

Entretanto, nem por este artifício se escamoteia a teoria: se ela vem revestida pela tecnicidade, não está evidentemente cancelada; bem ao contrário: existe uma clara dominância teórica a informar o Documento de Araxá – é o referencial estrutural-funcionalista (PAULO NETTO, 2005, p. 176).

Ao pontuar sobre a abordagem funcionalista, Yazbek (2018), destaca que a perspectiva positivista é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais.

Netto (2005), destaca ainda que o Código de Ética de 1975 apresenta em suas linhas a força do Estado e a reatualização do conservadorismo, nesse contexto, a insuficiência em analisar e gerar formas compatíveis e coerentes de conhecimento e intervenção profissional, vai acarretar na elaboração do quarto código de ética: 1986.

Na introdução do Código de Ética de 1986 está pontuado:

A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria através das suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe (CFESS, 2016, p. 1).

O Código de 1986 é considerado um grande avanço, visto que é o primeiro que não tem uma base cristã. Neste a ética passa a ser entendida no movimento dinâmico da história, determinado pelas relações sociais de produção. Dessa forma, o Código de Ética compõe-se não apenas de elementos que embasam a formação profissional no campo do dever ser, mas de elementos referentes ao exercício profissional. O compromisso com a classe trabalhadora se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apresenta como o princípio da nova ética, que a partir desse código aponta para a necessidade de superação da visão acrítica, com a neutralidade e que se coloca acima dos interesses de classe e acredita em valores universais.

Esse entendimento contido no código configura uma oposição ao neotomismo, aproximando-se do pensamento marxiano, defendido pela vertente de intenção de ruptura, cuja politização demarca o posicionamento da prática profissional, voltada aos interesses dos usuários, entendidos como sujeitos históricos pertinentes a uma classe social.

Segundo Barroco (2001), embora o código ora focalizado tenha avançado nos aspectos da superação da imparcialidade, neutralidade, dos valores metafísicos e da própria prática profissional, no que diz respeito ao estímulo à pesquisa e à crítica da realidade:

O Código expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, particularidades e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata quanto a que pretende negar. (BARROCO, 2001, p. 176-177).

Diante dos questionamentos e na busca em avançar ainda mais, temos a elaboração do quinto Código de Ética, o de 1993 que até o dado momento ainda é vigente, neste código a teoria Social de Marx, este compreende o ser social a partir de determinações e mediações históricas, ou seja, parte da suposição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediaticidade.

Yazbek (2018), destaca que a teoria social de Marx é dotada de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Por isso nessa matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Nessa matriz, a teoria expressa o processo de movimento histórico do real.

O Código de Ética de 1993, traz elementos essenciais, o qual dá uma nova direção social para a profissão. Os 11 princípios⁸ elencados no Código, transpõe uma mudança na própria

⁸ I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética - Princípios Fundamentais VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação,

profissão, elegendo elementos que norteiam os processos de trabalho do assistente social e que reafirma o compromisso firmado com a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, concluímos que os Códigos de Ética são reflexos da própria profissão diante de determinado contexto histórico, representam o posicionamento ético da categoria nas objetivações do trabalho profissional. Pontuamos que o Movimento de Reconceituação foi extremamente necessário para que a profissão avançasse na teoria social, nos fundamentos e procedimentos que orientam o exercício profissional.

É necessário compreendermos que este amadurecimento não foi rápido e em linha reta, foram anos de debates coletivos, reflexões, amadurecimento teórico e fortalecimento das bases críticas da profissão. O qual resultou em uma postura mais crítica e engajada dos profissionais, uma maior vinculação com a classe trabalhadora, laicização e ampliação da profissão, a criação de uma proposta metodológica no campo de trabalho, amplo desenvolvimento organizativo das entidades como Conselhos Regionais e Conselho Federal de Serviço Social, mudanças no perfil profissional e na concepção de formação acadêmica.

Portanto, o presente artigo traçou algumas considerações acerca das tendências teórico-metodológicas que influenciaram a construção dos códigos de ética do Serviço Social brasileiro. Diante do exposto, de todos os Códigos elaborados, o de 1993, é fortemente defendido por grande parte da categoria, pois nele observa-se um amadurecimento teórico-metodológico, ético-político, que reafirma o compromisso feito pela categoria na intenção de ruptura, que é estar vinculada a classe trabalhadora, lutar por uma nova ordem societária e ter a liberdade como princípio central.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 23-24).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do serviço social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**—Brasília: CFESS/ABEPESS, p. 166-184, 2006.

BATTINI, O. **Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil - 80 anos**. Serviço Social em Revista, v. 19, n. 1, p. 155-170, 2016.

CASTRO, M. M. **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora; Lima: CELATS, 1984.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1947**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1965**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1975**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

CFESS. **Resolução CFESS n.º 273/93, de 13 março 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *In: Revista Temporalis*, Brasília, n. 3, v. 2, 2001.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIMA, R. L. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. *In: Serviço Social & Sociedade*, p. 45-68, 2014.

LIMA, R. M. **Formação profissional em Serviço Social: uma análise a partir dos cursos na modalidade de ensino à distância (EaD) no Tocantins**. 2021. 158 f. Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social e Política Social, UFT, Miracema, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LOPES, J. B. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. *In: Revista de Políticas Públicas*, vol. 20, núm. 1, pp. 237-252, 2016.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212.

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *In: Serviço Social & Sociedade*, p. 143-163, 2017.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez Editora, 2005.

PAULO NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In: Serviço Social e Saúde*, v. 4, p. 141-160, 2006.

PAULO NETTO. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. *In: MOTA, Ana Elizabeth et al. (org.)*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, D. R. Princípios do código de ética do/a assistente social: 25 anos de história. *Revista Praia Vermelha*, v. 29, n. 1.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, I. M. F. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: EdUFTM, 2008, 62-115p.

SILVA, K. G. da. **Serviço Social e debate étnico-racial**: uma análise dos projetos político-pedagógicos de cursos – PPC das unidades de formação acadêmica – UFA em serviço social da região norte da ABEPSS. 2023. 63f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2023.

TV ABEPSS. **Live 75 ABEPSS REGIONAL NORTE**. Youtube, 15 de outubro de 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=gT59G3-od7Y&t=3248s>>. Acesso em 20 de out. de 2022.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. *In: Guerra, Yolanda [et al.]*. Campinas: Papel Social, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2010.**